

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 762.968 - MG (2015/0203460-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : PARANASA ENGENHARIA E COMERCIO S/A
ADVOGADOS : ALEXANDRE FIGUEIREDO DE ANDRADE URBANO -
MG055283
DINARTE MOREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - MG110694
AGRAVADO : ARTE FERRO ESQUADRIAS LTDA
ADVOGADO : DANIELLE TOLEDO DA CONCEICAO - MG136347N

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - FALÊNCIA - DOCUMENTOS PROBATÓRIOS - PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL E ORAL - DESNECESSIDADE.

Havendo nos autos elementos instrutórios aptos a formar o convencimento do magistrado singular sobre a questão que lhe foi submetida, a produção de provas pericial e oral se revela desnecessária, mormente porque tal diligência implicaria em custos e protelação do processo.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 535 e 332 do revogado Código de Processo Civil, sob o argumento de que o acórdão local é omissor e que as provas requeridas pela parte agravante são essenciais ao julgamento da causa.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Não é omissor nem carece de fundamentação a decisão judicial que, embora decida em sentido contrário aos interesses da parte, examina suficientemente as questões que lhe foram propostas, adotando entendimento que ao órgão julgador parecia adequado à solução da controvérsia.

Assim:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REGULAR PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INÉPCIA DA INICIAL. HONORÁRIOS. COMPENSAÇÃO.

1. Ausência de violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de

Superior Tribunal de Justiça

Processo Civil, pois, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada.

2. Inviabilidade de acolher a alegação de inépcia da inicial, pois a convicção formada pela Corte local decorreu dos elementos existentes nos autos, os quais não são possíveis de ser reexaminados nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Fixada a compensação de honorários na vigência do CPC/1973, deve ser mantida já que acolhida até então pelo ordenamento jurídico, conforme elucidado no enunciado da Súmula n. 306/STJ, tendo em vista que a sucumbência é regida pela lei vigente à data da deliberação que a impõe ou modifica.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1131853/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/2/2018, DJe 16/2/2018)

Quanto ao mais, o Tribunal local concluiu "que as provas até então colacionadas aos autos, principalmente as fotos constantes das ff. 216-223 TJ, assim como documento de f. 264 TJ são capazes de demonstrar que os produtos foram devidamente entregues, atendendo às suas especificidades.

Além disto, não trouxe o recorrente elementos que autorizem a reconhecer a iniciativa, em tempo e modo, da referida devolução.

Deste modo, com base nos elementos probatórios que já instruíram o feito, entendo que a produção de provas pericial e oral se revela desnecessária" (e-STJ, fl. 325).

O juízo quanto à necessidade de dilação probatória é das instâncias ordinárias, incidindo as disposições do verbete n. 7 da Súmula desta Casa no reexame da questão.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DESPESAS CONDOMINIAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. TRIBUNAL A QUO ENTENDEU PELA DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DA PROVA PERICIAL.

REVISÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DESPESAS CONDOMINIAIS FIXADAS

Superior Tribunal de Justiça

PELA FRAÇÃO IDEAL. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DOS CONDÔMINOS. AUSÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA E ANÁLISE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 5 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A iterativa jurisprudência deste Tribunal é no sentido de que não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de produção de prova pericial.

A revisão do entendimento quanto à necessidade de dilação probatória demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõe a Súmula 7/STJ.

2. O Tribunal de origem, à luz das provas carreadas aos autos, concluiu que não há ilegalidade nem enriquecimento ilícito no rateio das despesas condominiais com base na fração ideal dos condôminos. No caso, considerando as circunstâncias do caso, a pretensão de revisar tal entendimento demandaria o revolvimento fático-probatório e análise de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõem as Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1557028/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/3/2019, DJe 2/4/2019)

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora